
Você receberá em seu e-mail as informações prontas para serem copiadas e coladas no MS Word ou similar, e depois encaminhada ao TCE-SC, **por meio da Sala Virtual**. Se isso não acontecer, estas são as informações:

I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da(s) unidade(s) jurisdicionada(s)

No Município, o Sistema de Controle Interno apresenta o seguinte tipo de estrutura: Mais de uma unidade no Poder Executivo, e uma unidade específica no Poder Legislativo: Há diferentes unidades no Poder Executivo. O Poder Legislativo possui sua(s) própria(s) unidade.

A unidade de Controle Interno está subordinada à seguinte estrutura organizacional: Chefe do Poder Executivo - Prefeito(a)

O ato normativo que organiza a estrutura do órgão de Controle Interno é o seguinte: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/g/gaspar/lei-complementar/2017/9/81/lei-complementar-n-81-2017-dispoe-sobre-a-organizacao-do-sistema-de-controle-interno-cria-a-controladoria-geral-do-municipio-de-gaspar-e-da-outras-providencias>

A unidade conta com o seguinte quantitativo de pessoal: 0 Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno; 2 efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno; 0 Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão; 0 Servidores temporários e 0 estagiários.

No exercício em análise, em algum momento a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno? Não.

- .

Os procedimentos de controle realizados foram os seguintes: Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos, etc; Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge; Acompanhamento de licitações, dispensas e inexigibilidades; Acompanhamento da execução de contratos, convênios e similares;

Exame de prestações de contas de diárias; Verificação do cumprimento de decisões do TCE/SC; Avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual; Avaliação da execução dos orçamentos anuais (LOA e/ou Leis de Créditos Adicionais); Avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial; Orientação dos responsáveis pela unidade acerca dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e/ou efetividade; Controle das operações de crédito, avais ou garantias da unidade; Acompanhamento do controle e guarda de bens patrimoniais; Controle dos direitos e haveres da unidade;

Os seguintes sistemas são informatizados:

- **Sistema de controle patrimonial:** Parcialmente informatizado
- **Sistema de almoxarifado:** Parcialmente informatizado
- **Sistema informatizado de planejamento orçamentário:** Totalmente informatizado

Em relação à efetividade, avalia-se os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município:

Se o controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais: **Bom**

Se a definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende dos gestores: **Fraco**

Se os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias: **Fraco**

Se, no caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada: **Razoável / Satisfatório**

Se há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades: **Fraco**

Se as rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação: **Fraco**

Se os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados: **Bom**

Se todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação: **Razoável / Satisfatório**

Se as informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas: **Razoável / Satisfatório**

II - Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno

Foram realizados apontamentos do Controle Interno à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício? Sim

Unidade gestora em que apontamento foi realizado	Assunto	Valor em risco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da situação?	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável?
Fundo Municipal de Saúde	Prestação de Contas Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro Prestação de Contas Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Sem valor 150 mil em 12 meses	Controle Interno se manifestou de que estava ausente o Parecer Conclusivo da Comissão de Avaliação Documental de todos os meses de 2023, conforme contrato firmado. Controle Interno recomendou extinguir a prática de movimentação de recursos fora das contas bancárias.	Não houve deolutiva. Não foi resolvido

Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras? Não

Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? Não.

Em relação à gestão de riscos:

- Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob controle desta unidade estão **Parcialmente** formalizados;
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? **Parcialmente**;

Sobre a execução orçamentária e contábil:

Não ocorreram irregularidades na Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do município e Sistema e-Sfinge;

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) na Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias;

Não ocorreram irregularidades na Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012;

Não foram realizados procedimentos na Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA;

Não ocorreram irregularidades na Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco);

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) na Análise de procedimentos afetados à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc);

III - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo

Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário? **Não**

Nome da(s) Unidade(s)	Ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	Valor do dano	Medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento	Avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis	Nome ou CPF dos responsáveis

Avaliação conclusiva: avaliação do Controle Interno acerca das justificativas apresentadas pelos responsáveis.

IV Das Tomadas de Contas Especiais instauradas

Há Tomadas de Contas Especiais instauradas? Não

Número da Tomada de Contas Especial	Causa da Tomada de Contas Especial	Data de Instauração da T.C.E.	Comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial	Valor da Tomada de Contas Especial

V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres

Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres? **Sim**

Unidade Gestora em que convênio foi firmado	Tipo de instrumento	Número do Instrumento	Objeto	Volume de recursos transferidos	Situação da análise da prestação de contas do instrumento
Município de Gaspar	Subvenção	Termo de Fomento nº 01/2023	Repasse à organização da sociedade civil para atendimento gratuito de vagas integrais de crianças na Educação Infantil; conforme Termo de Colaboração nº 1/2023-Semed.	R\$ 364.897,20	Regular
Município de Gaspar	Subvenção	Termo de Fomento nº 01/2019	Convênio 02 celebrado mediante termo de fomento 01/2019-2º Aditivo, Lei Municipal 3.962/2019. Resolução COMED 29/2021.	R\$ 360.000,00	Regular
Fundo Municipal de Assistência Social	Subvenção	Termo de Fomento nº 001/2020	Serviço de acolhimento institucional, para atendimento de crianças de ambos os sexos, de 0 a 11 anos, 11 meses e 29 dias, em situação de risco, do município de Gaspar, sendo defeso o acolhimento de adolescentes infratores, quer por cometimento de ato infracional de fato, flagrante delito, ou em cumprimento de medida socio-educativa decorrente de ato infracional grave.	R\$ 613.664,31	Regular
Fundo Municipal de Assistência Social	Subvenção	Termo de Fomento nº 002/2020	A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS ENTRE AS PARTES CONVENIENTES E O AUXÍLIO FINANCEIRO À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLOHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ATENDIMENTO DE ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO, DE 12 (DOZE) ANOS A 18 (DEZOITO) ANOS OU EM CASOS ESPECIAIS ATÉ 21 (VINTE E UM) ANOS, EM SITUAÇÃO DE RISCO, DO MUNICÍPIO DE GASPAR, SENDO DEFESO O ACOLOHIMENTO DE ADOLESCENTES INFRATORES, POR COMETIMENTO DE ATO INFRACIONAL DE FATO, FLAGRANTE DELITO, OU EM	R\$ 411.812,64	Regular
Fundo Municipal de Assistência Social	Subvenção	Termo de Fomento nº 003/2020		R\$ 355.285,88	Regular
Fundo Municipal de Assistência Social	Subvenção	Termo de Fomento nº 001/2023		R\$ 101.008,00	Regular
Fundo Municipal de Assistência Social	Subvenção	Termo de Fomento nº 001/2023		R\$ 102.600,00	Regular
Fundo Municipal de Assistência Social	Subvenção	Termo de Fomento nº 001/2023		R\$ 149.561,00	Regular
Fundo Municipal de Assistência Social	Subvenção	Termo de Fomento nº 001/2023		R\$ 100.944,03	Regular
Fundo Municipal de Assistência Social	Subvenção	Termo de Fomento nº 001/2023		R\$ 60.000,00	Regular

Fundo Municipal de Assistência Social	Termo de Fomento nº 03/2023	CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIO-EDUCATIVA DECORRENTE DE ATO INFRACIONAL GRAVE, REFERENTE 2023. A CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS ENTRE AS PARTES CONVENIENTES E O AUXÍLIO FINANCEIRO À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ATENDIMENTO DE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO, DE 12 (DOZE) ANOS A 18 (DEZOITO) ANOS OU EM CASOS ESPECIAIS ATÉ 21 (VINTE E UM) ANOS, EM SITUAÇÃO DE RISCO, DO MUNICÍPIO DE GASPAR, SENDO DEFESO O ACOLHIMENTO DE ADOLESCENTES INFRATORES, POR COMETIMENTO DE ATO INFRACIONAL DE FATO, FLAGRANTE DELITO, OU EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIO-EDUCATIVA DECORRENTE DE ATO INFRACIONAL GRAVE ANO 2023.		
Fundo Municipal da Infância e Adolescência	Termo de Fomento nº 05/2023	Execução de serviço de acolhimento institucional provisório para mulheres em situação de violência doméstica e/ou familiar, acompanhadas ou não de seus filhos/dependentes, residentes no município de Gaspar, totalizando 3 vagas.		
Fundo Municipal da Infância e Adolescência	Termo de Fomento nº 01/2023	Realizar avaliações com equipe multidisciplinar para crianças e adolescentes do município de Gaspar, que apresentem dificuldades de aprendizagem, atraso no desenvolvimento global e/ou diagnóstico de deficiências, transtornos, síndromes, visando um adequado diagnóstico, favorecendo planejamento e determinação da melhor conduta clínica frente às especialidades de cada indivíduo.		
Fundo Municipal de Saúde	SEMUS	Realizar acompanhamento periódico de bebês e crianças expostos a situações de risco para o desenvolvimento infantil do município de Gaspar, visando minimizar os efeitos negativos do atraso do desenvolvimento e prevenir a instalação de deficiência.		
		Oportunizar aulas de futebol para crianças e adolescentes, do sexo masculino e feminino, do município Gaspar, utilizando o esporte e a psicologia como ferramentas no desenvolvimento do indivíduo no ano 2023.		
		Termo de fomento 001/2023 que celebram entre si secretaria de saúde e rede feminina, manutenção das atividades, conforme lei municipal 3580/2014, decreto 900/2005 e lei 4098/2021		

O município possui contratos de gestão rígidos pela Lei nº 9.637/1998? Não

Entidades (se aplicável): ;;;;;;;;;;

Regulamentação da Lei 13.019/2014 (se aplicável):

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/g/gaspar/decreto/2019/880/8798/decreto-n-8798-2019-regulamenta-a-lei-federal-n-13019-de-31-de-julho-de-2014-no-mbito-da-administracao-publica-direta-e-indireta-do-municipio-de-gaspar-e-da-outras-providencias>

VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada

Foram avaliados processos licitatórios pelo Controle Interno? Não

Critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação:

Número do Processo de Licitação	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Valor estimado de contratação	CPF ou CNPJ do Contratado	Descrição dos indícios de irregularidade, se houver

Sobre as licitações e contratações da unidade, avalia-se:

- Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada:
- Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas:
- Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório:
- Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório:
- Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas:
- Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital:
- Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições:

VII - Avaliação da gestão de recursos humanos

Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal? Não.

Procedimentos realizados:

..

..

Avalia-se a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) da seguinte maneira:

- Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual):
- Controle de horas extras pelos gestores:
- Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e Assessoramento:
- Realização de cursos de capacitação pelos servidores:
- Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores:
- Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores:
- Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos:
- Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório:
- Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social:
- Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças):
- Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções públicas:
- Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal:
- Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha de pagamento:

VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo TCE/SC

Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)? Não

Tipo (Determinação ou Recomendação)	Número do Acórdão	Assunto da Decisão	Situação	Justificativa do Gestor, se houver

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle

Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob controle desta unidade? Não

Nº do Acórdão ou Título Executivo	Data do Acórdão ou Título Executivo	Nome do responsável	Valor	Data da inscrição em dívida ativa	Situação do processo
-----------------------------------	-------------------------------------	---------------------	-------	-----------------------------------	----------------------

--	--	--	--	--	--

X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência? **Não**

Renegociação realizada, **se houver**:

- Instituto ou Fundo de Previdência:
- Valor do débito na data da renegociação:
- Critérios utilizados para atualização da dívida:
- Nº de parcelas a serem amortizadas na data da renegociação:
- Outras condições de pagamento pactuadas:

XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge

Na avaliação desta unidade de controle interno, os registros gerados pelo sistema de contabilidade, orçamento e finanças encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge ? **Sim**.

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? **Não**.

XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015

Acima, foram elencadas outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015.

1) Respostas e monitoramentos dos pedidos de acesso à informação interno do município, bem como o atendimento às comunicações do TCE/SC. 2) Controle do Portal da Transparência do Município. 3) Elaboração e apresentação das audiências de metas fiscais (quadrimestrais) na Câmara dos Vereadores. 4) Análise das prestações de contas do contrato de inexigibilidade com o Hospital Municipal. 5) Análise das prestações de contas das subvenções. 6) Análise das notas fiscais e prestação de serviço, por análise documental, do transporte público municipal.

Imprimir suas respostas.